

**UNIVERSIDADE BRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
CAMPUS DE SÃO PAULO**

NARA RUBIA MAGALHÃES E SILVA

**O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO
NACIONAL E A NORMATIVA NATURATINS Nº 5: PROPOSTAS
PARA A INTERSETORIALIDADE DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS**

**THE UNIQUE SOCIAL ASSISTANCE SYSTEM OF PORTO NACIONAL
AND THE NATURATINS NORMATIVE No. 5: PROPOSALS FOR THE
INTERSECTORIALITY OF SOCIO-ENVIRONMENTAL POLICIES**

São Paulo – SP

2022



UNIVERSIDADE
BRASIL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

NARA RUBIA MAGALHÃES E SILVA

**O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO
NACIONAL E A NORMATIVA NATURATINS Nº 5: PROPOSTAS
PARA A INTERSETORIALIDADE DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Profa. Dra. Leonice Domingos dos Santos
Cintra Lima
Orientadora

São Paulo – SP
2022

S579s Silva, Nara Rubia Magalhães e
O Sistema Único da Assistência Social de Porto Nacional e a normativa Naturatins nº 5: propostas para a intersectorialidade de políticas socio-ambientais / Nara Rubia Magalhães e Silva. – Fernandópolis: Universidade Brasil, 2022.

54 f. : il. ; 29,5cm.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima.

1. Intersectorialidade. 2. Proteção Ambiental. 3. SUAS. I. Título.

CDD 363.7



TERMO DE APROVAÇÃO

NARA RÚBIA MAGALHÃES E SILVA

**“O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO NACIONAL E A
NORMATIVA NATURATINS Nº 5: PROPOSTAS PARA A INTERSETORIALIDADE
DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais** da Universidade Brasil, pela seguinte banca examinadora:

Prof(a). Dr(a) Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima (presidente-orientadora)

Prof(a). Dr(a). Delise Regina Costa Aguiar (Universidade Brasil)

Prof(a). Dr(a). Albano Dias Pereira Filho (Universidade Anhanguera de São Paulo)

Fernandópolis, 28 de março de 2022

Presidente da Banca Prof.(a) Dr.(a) Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima



Termo de Autorização

**Para Publicação de Dissertações e Teses no Formato Eletrônico na Página
WWW do Respetivo Programa da Universidade Brasil e no Banco de Teses da
CAPES**

Na qualidade de titular(es) dos direitos de autor da publicação, e de acordo com a Portaria CAPES no. 13, de 15 de fevereiro de 2006, autorizo(amos) a Universidade Brasil a disponibilizar através do site <http://www.universidadebrasil.edu.br>, na página do respectivo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, através do site <http://bancodeteses.capes.gov.br>, a versão digital do texto integral da Dissertação/Tese abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira.

A utilização do conteúdo deste texto, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, fica condicionada à citação da fonte.

Título do Trabalho: "O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO NACIONAL E A NORMATIVA NATURATINS Nº 5: PROPOSTAS PARA A INTERSETORIALIDADE DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS"

Autor(es):

Discente: Nara Rúbia Magalhães e Silva

Assinatura: Nara Rúbia M. e Silva

Orientadora: Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

Assinatura: Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

Data: 28/03/2022

DEDICATÓRIA

À toda minha família, amigos, em especial a minha eterna mãe. Agradeço por todos os pensamentos positivos para que diante deste grande desafio eu me tornasse uma mulher mais guerreira e que todos os dias, com generosidade, dedicasse todo amor e orações para a realização dos meus sonhos e proteção. Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

A **DEUS** que, durante todo período de realização da dissertação, me amparou nos momentos difíceis, não deixando que minhas esperanças se acabassem, mostrando os caminhos nas horas certas, suprimindo todas as minhas necessidades.

A Profa. Dra. Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima, orientadora dessa dissertação, por todo empenho, competência, participação com as correções, discussões e sugestões que fizeram com que concluíssemos esse trabalho.

A minha família, a qual amo tanto, que me deu amor e força, valorizando meus potenciais, demonstrando sempre paciência, carinho e incentivo.

A todos os colegas e professores da pós-graduação em Ciências Ambientais pelo convívio e aprendizado.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução dessa dissertação de mestrado.

EPÍGRAFE

“Não existem obstáculos intransponíveis para aqueles que sabem, com benignidade, falar às almas. O mundo pede energia, não violência. “

Netto, José de Paiva.

RESUMO

A intersectorialidade dos serviços ofertados com a proteção integral dos indivíduos, e, como forma de gestão e articulação entre os diversos setores das políticas sociais, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a intersectorialidade da política municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS de Porto Nacional como mecanismo de fundamental importância na viabilização da normativa Naturatins nº 5 como forma de proporcionar políticas socioambientais de proteção ao meio ambiente, com ênfase maior a prevenção e controle do uso do fogo. Utilizou-se como metodologia de pesquisa a análise bibliográfica e documental, ancorada no Plano Municipal do SUAS e a normativa nº 5 da Naturatins. Os dados foram coletados e submetidos a análise, centrada na concepção de intersectorialidade, políticas socioambientais e o processo de urbanização, referenciado a perspectiva dialética. Os resultados alcançados permitiram identificar que o município de Porto Nacional – TO precariza a intersectorialidade das ações socioambientais com as de assistência social, condicionando a sua população aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil, haja vista possuir maior contingenciamento habitacional de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e não trazer em sua matricidade de política socioassistencial subsídios e mecanismos técnicos que garantem a quem dela necessitar o apoio socioassistencial com o viés para o empoderamento de famílias, assim conclui-se que está claro a ausência da instrução normativa estendida ao paradigma de que a população vulnerável local não seja digna de acessar em seus serviços socioassistenciais programas de educação e valorização ambiental.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Proteção Ambiental. SUAS.

ABSTRACT

The intersectoriality of the services offered with the integral protection of individuals, and, as a form of management and articulation between the various sectors of social policies, the present work aims to present the intersectoriality of the municipal policy of the Unified Social Assistance System - SUAS of Porto Nacional as a mechanism of fundamental importance in the viability of the Naturatins No. 5 regulation as a way of providing socio-environmental policies to protect the environment, with greater emphasis on the prevention and control of the use of fire. Bibliographic and documental analysis was used as a research methodology, anchored in the SUAS Municipal Plan and the normative nº 5 of Naturatins. Data were collected and subjected to analysis, centered on the concept of intersectoriality, socio-environmental policies and the urbanization process, based on a dialectical perspective. The results achieved allowed us to identify that the municipality of Porto Nacional - TO precarizes the intersectoriality of socio-environmental actions with those of social assistance, conditioning its population to the dominant standards of protection for the poor in Brazil, given that it has a greater housing contingency of people in a situation of extreme social vulnerability and not bring in its social assistance policy matrix subsidies and technical mechanisms that guarantee to those who need it social assistance support with a bias towards the empowerment of families, so it is concluded that the absence of normative instruction extended to the paradigm of that the vulnerable local population is not worthy of accessing education and environmental enhancement programs in their social assistance services.

Keywords: Intersectoriality. Environmental Protection. SUAS.

DIVULGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

A referida dissertação permitiu apresentar a intersectorialidade como possibilidade concreta para melhor desenvolvimento da instrução normativa Naturatins nº 05, diante da real necessidade de desenvolver os seus mecanismos através da Proteção Social Básica da Política Municipal de Assistência Social. A gestão do executivo municipal perpetua a ideologia da pobreza absoluta, haja vista o plano de ação ambiental e socioassistencial estar focado apenas em arranjos de captação de recursos, incluindo até mesmo as campanhas de teor demagógico e sem qualquer relevância social. O conteúdo sistematizado mostrou que não há prioridade para a pauta ambiental e socioassistencial e sim a submissão de temas respaldados aos interesses de famílias tradicionais e das elites locais como estratégia de perpetuação no poder e a manutenção de seu eleitorado cativo, descartando a participação da sociedade civil neste processo. Sobre o legado, cabe aqui mencionar a importância da mobilização social e articulação para a proteção ambiental, por ser a população em situação de vulnerabilidade social a mais atingida com a ausência das políticas pertinentes ao tema e a que mais carece de atenção prioritária em todas as suas esferas de poder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões climáticas predominantes no Estado do Tocantins	36
Figura 2 - Atuação frontal em dissipação na porção sul aonde está localizada a capital Palmas e o município de Porto Nacional	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teses e Dissertações que tratam da Intersetorialidade, políticas socioambientais e normativa Naturatins nº 5.	25
Quadro 2: Estratégias de gestão para a prevenção e controle de fogo	39
Quadro 3: Prioridades e Metas Para Gestão Municipal no Âmbito do Pacto de Aprimoramento do SUAS, Porto Nacional, 2015.....	41
Quadro 4: Metas estabelecidas e estruturadas pelo município, no âmbito da Proteção Social Básica.....	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
ESF	Estratégia Saúde da Família
FPA	Frente Polar Atlântica
MPA	Massa Polar Atlântica
MEA	Equatorial Atlântica
MTA	Tropical Atlântica
<i>NOB</i>	Norma Operacional Básica
<i>NASF</i>	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
OMS	Organização Mundial da Saúde
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
<i>SUS</i>	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2 OBJETIVOS	17
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3 REVISÃO DA LITERATURA	18
3.1 INTERSETORIALIDADE	18
3.2 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(SUAS) DE PORTO NACIONAL/TO.....	19
3.3 INSTRUÇÃO NORMATIVA NATURATINS Nº 05	20
3.4 A INTERSETORIALIDADE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS.....	22
3.5 ESTUDO DA ARTE: PROPOSTAS PARA A INTERSETORIALIDADE DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS	24
4 MATERIAL E MÉTODOS	33
4.1 UNIVERSO DA PESQUISA	33
4.1.1 Município de Porto Nacional – TO.....	33
4.1.2 Sinopse acerca das características climáticas do Município	35
4.2 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL	38
4.2.1 O Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo..	38
4.2.2 Plano Municipal de Assistência Social de Porto Nacional – TO.....	39
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
6 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Para o entendimento da questão social na sua totalidade, é necessário analisar o acesso aos direitos, considerando a intersectorialidade dos serviços ofertados com a proteção integral dos indivíduos, haja vista a ocupação desordenada do meio ambiente e a potencialização das relações de poder entre os campos setoriais ser de natureza quase “feudal” (SANTOS, 2017).

Para contemplar as demandas do ser humano com eficiência, as políticas sociais precisam percebê-lo em sua integralidade, considerando que é uma coletividade e que os problemas apresentados podem advir de causas que não compete a uma determinada política resolver. Portanto pensar políticas sociais isoladamente significa limitar o seu potencial interventivo para a resolução de demandas sociais.

A proposta da intersectorialidade permeia o debate retomado sobre os determinantes e condicionantes da saúde desde o final do século passado e vem ganhando espaço em movimentos internacionais, cujo foco refere-se à implementação de ações pela gestão pública, tais como: Promoção da Saúde, Cidades e Políticas Públicas Saudáveis, revelando que a incorporação de ações intersectoriais representa avanços no atendimento das demandas, com maior possibilidade de eficácia, eficiência e efetividade.

A fragilidade da intersectorialidade pode ser observada, quando nos deparamos com o avanço das queimadas no Estado do Tocantins, resultado da baixa adesão dos municípios em relação a Instrução Normativa Naturatins nº 5, de 20/09/2019, que é responsável pela execução da política ambiental do Estado, pelo monitoramento e controle ambiental e pela fiscalização do cumprimento da legislação ambiental (TOCANTINS, 1996).

Como objeto de pesquisa, toma-se o Plano Municipal de Assistência Social de Porto Nacional – TO e sua intersectorialidade com a Instrução Normativa Naturatins nº 5.

Este estudo se justifica pela atualidade do debate sobre as questões das queimadas no Brasil e a necessidade de a ciência desenvolver pesquisas que coloquem de forma articulada a questão ambiental e as demandas sociais do homem, considerando tanto as demandas ambientais, as demandas de ocupação urbana

como componentes da vida social contemporânea e expressões da questão social no Brasil.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a intersectorialidade na relação do Plano Municipal de Assistência Social de Porto Nacional – TO, Normativa Naturatins, nº 5 com vistas a propor ações que contribuam para a minimização das queimadas no município.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Compreender na perspectiva de intersectorialidade entre a assistência social e o meio ambiente;
- ✓ Propor a partir da perspectiva dialética o suporte para a análise do plano municipal de assistência e do protocolo do fogo no município;
- ✓ Identificar, constatar e descrever as perspectivas e gargalos das intervenções do Plano Municipal de Assistência Social com as questões de interesse público (com ênfase maior ao protocolo do fogo);
- ✓ Determinar os pontos de convergência e inflexão entre o Plano Municipal de Assistência Social de 2018/2021 e a Instrução Normativa Naturatins nº 5, no que se refere a garantia do Direito Ambiental e a Proteção Social da População;
- ✓ Examinar os aspectos mais relevantes da ação intersectorializada conectada com os objetivos propostos na pesquisa.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 INTERSETORIALIDADE

A intersectorialidade representa um dos princípios do Sistema Único de Saúde presente na Política Nacional de Atenção Básica no Brasil (PNAB), ao ressaltar como atribuições de todos os profissionais que integram as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) o desenvolvimento de ações intersectoriais, efetivadas através de parcerias e de recursos na comunidade que possam potencializar estas ações, além de favorecer a integração de projetos sociais e setores afins orientados para a promoção de saúde (DIAS et al., 2014).

Para Burlandy (2010), a intersectorialidade compõe os diferentes setores que constroem, de forma conjunta e pactuada, um projeto integrado destinado a alcançar objetivos mais amplos. Esse planejamento inclui a identificação de determinantes, envolvimento dos sujeitos implicados no processo e a formulação de intervenções estratégicas que transcendam as ações setoriais e impactem diferentes dimensões do problema em um processo técnico e político.

A intersectorialidade tem-se intensificado como um dos mais importantes meios de trabalho no âmbito das políticas e assistência social, com o intuito de oportunizar e ampliar o acesso a direitos sociais, e ainda, enfatizar o investimento nos processos de empoderamento dos respectivos usuários (RODRIGUES, 2011, p. 2). Este debate se faz mister, haja vista que na seara governamental brasileira e seus três níveis de governo há ampla organização temática setorial dificultando a focalização e a execução de políticas públicas, demonstrando uma organização que retrata a especialização de saberes, funções e maneiras de intervenção (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997).

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio ambiente. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação dos problemas (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU; 1997, p. 21).

Neste mesmo viés, Cavalcanti, Batista e Silva (2013), ressaltam que:

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2).

Desse modo, o trabalho intersetorial supõe não apenas o diálogo ou o trabalho simultâneo entre os atores envolvidos, e sim a busca por resultados integrados (INOJOSA, 2001), dando ênfase a uma nova estratégia de gestão da administração pública. Nesse aspecto, a relação entre a participação, a descentralização, o controle social, e a própria intersetorialidade, têm possibilidades de efetivação.

Junqueira (1999), nos mostra que a intersetorialidade surge como uma nova possibilidade para resolver problemas sobre uma população que ocupa um determinado território, apontando assim uma visão integrada de problemas e soluções sob a realidade social. Logo se trata de um trabalho realizado em conjunto e de forma articulada de maneira que vem a contribuir com a troca de saberes e proporcionar soluções considerando a totalidade do problema.

3.2 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO NACIONAL/TO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi aprovado em julho de 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da NOB n. 130, no dia 15 de julho de 2005, como uma das principais deliberações da IV Conferência de Assistência Social realizada em Brasília-DF. Foi a partir dos esforços e luta da sociedade civil organizada e de parcelas de profissionais e estudiosos da política de assistência, que a IV conferência trouxe a formulação do SUAS, passando a representar um marco importante para sua construção e legitimação no âmbito da assistência social.

A decisão coletiva de implantação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, a partir do paradigma da universalização do direito à proteção social fundado na cidadania e abandonando as ideias tutelares e subalternas que (sub) identificam brasileiros como carentes, necessitados,

miseráveis, discriminando-os do reconhecimento de ser de direitos (LOPES, 2009, p, 80).

O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão e organização da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social em todo o território nacional. O mesmo está estruturado com base em três níveis de gestão: inicial, básica e plena. Cada qual possui os requisitos mínimos de habilitação. A gestão inicial assume como requisitos aqueles que já existiam antes a NOB/SUAS como ter conselho, fundo e plano de assistência social, além de recursos financeiros no fundo (BRASIL, 2015).

A gestão básica avança no sentido das exigências exigindo a criação de Centros de Referências de Assistência Social, a realização de diagnóstico das áreas de vulnerabilidade e a manutenção de secretaria executiva nos conselhos. Já na gestão plena ampliam-se os requisitos passando a exigir sistema municipal de monitoramento e avaliação, capacidade de atuar na proteção social especial de alta complexidade (BRASIL, 2008). A passagem de uma gestão a outra é pactuada e respaldada pelas Comissões Intergestores Bipartite (CIB).

Em Porto Nacional/TO, o serviço do SUAS, é ofertado através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que se trata de uma unidade pública administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (CREAS, 2018).

O SUAS em Porto Nacional/TO, mediado pelo CREAS, oferece ações especializadas de orientação para pessoas que estão em situação de ameaça ou sendo violadas em seu direito, atividades e atenções para as famílias em serviços socioassistenciais, saúde e educação em diversas políticas públicas proteção e até mesmo acompanhamento psicossocial e jurídico individualizado.

A partir deste contexto, o centro promove ações para acolher as pessoas afetadas. Posteriormente, é realizado um acompanhamento para fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos cidadãos. O trabalho realizado pelas equipes do CREAS visa a superação do problema apresentado e a reinserção do indivíduo no ambiente social.

3.3 INSTRUÇÃO NORMATIVA NATURATINS Nº 05

Naturatins, órgão estadual de execução das políticas ambientais do Tocantins foi criado através da Lei n^o 858 de 26 de julho de 1996, é considerada a autarquia pública responsável pela execução da política ambiental do Estado, pelo monitoramento e controle ambiental e pela fiscalização do cumprimento da legislação ambiental (TOCANTINS, 1996).

Na Política Estadual do ICMS¹ Ecológico, cabe ao Naturatins, conforme Lei 2.959, de 18 de junho de 2015, o levantamento dos quesitos relativos ao Índice da Política de Meio Ambiente e da Agenda 21 Local, ao Índice do Controle de Queimadas e Combate a Incêndios do Município – ICQM, ao Índice de Conservação da Biodiversidade do Município – ICBm, e ao Índice Municipal de Saneamento Básico e Conservação da Água – ISBAm (TOCANTINS, 2015).

Na cidade de Palmas -TO, o Instituto conta com 15 Unidades regionais distribuídas no Estado e ainda é responsável pela gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável do Estado.

Responsável pela execução de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais, o Naturatins busca o seu aproveitamento de forma a assegurar sua disponibilidade para a atual e futura geração. Dentre a sua atuação, o órgão também tem a preocupação de promover ações voltadas para o bem-estar socioambiental, por meio de projetos voltados para o manejo sustentável dos recursos naturais geradores de renda familiar.

A Instrução Normativa/Naturatins n^o 003 de julho de 2004, institui:

[...] no âmbito de competência do NATURATINS, o Licenciamento Florestal da Propriedade Rural - 10 LFPR, constituído por procedimentos e rotinas para obtenção da regularidade ambiental das propriedades rurais no Estado do Tocantins. Notadamente em relação à averbação de reserva legal, avaliação das áreas de preservação permanente, áreas remanescentes e convertidas para uso alternativo do solo” (TOCANTINS, 2004).

Assim sendo, institui-se a Naturatins N^o 05, de 22 de julho de 2019, que regulamenta a Portaria Naturatins n^o 181/2019 priorizando o atendimento ambiental, processo digital e atividades de protocolo do Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins² (TOCANTINS, 2019).

¹ Segundo o ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais.

a. ² [...] são as primazias para seu pleno desenvolvimento: Art. 1^o Normatizar as ações para implantação do Programa "Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo", com a finalidade de prevenir e minimizar ocorrência de queimadas e incêndios florestais promovendo a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar social nos municípios do Estado do Tocantins, sob os seguintes critérios.

3.4 A INTERSETORIALIDADE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

O socioambientalismo originou-se na ideia de políticas públicas ambientais envolvidas com as comunidades locais detentoras de conhecimentos e de práticas de caráter ambiental. Permite desenvolver a sustentabilidade de maneira mais ampla possibilitando que num país denominado pobre ³com diferenças sociais, desenvolva-se a sustentabilidade social, além da sustentabilidade ambiental, de espécies e ecossistemas (CARVALHO, 2020).

Verifica-se ainda um abismo entre as questões sociais e ambientais no Brasil. Necessita-se criar uma ponte para que possa unir estas duas questões fundamentais para a sustentabilidade social vista de forma ampla. O socioambientalismo traz à tona esse desafio (SANTILLI, 2005).

As Políticas Socioambientais fazem parte das iniciativas governamentais que buscam articular desenvolvimento econômico e conservação ambiental no âmbito regional, nacional e global, em políticas que vislumbram, de modo integrado, promover melhorias nas condições de vida, a partir da erradicação da pobreza e inclusão produtiva da sociedade, por meio da construção de territórios e novos mercados que visem a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas.

Quanto a esfera das políticas socioambientais, emprega-se a expressão governança ambiental. A noção de governança ambiental apresentada por Esty e Ivanova (2005), diz respeito à “participação de todos e de cada um nas decisões que

-
- b. Art. 2º A Gestão Municipal será responsável pela mobilização, elaboração do documento do Protocolo do Fogo e realização das ações, junto aos representantes de entidades públicas e privadas do município, com o objetivo de participação destes representantes nas ações/atividades do Programa.
 - c. Art. 3º O município fica responsável pela implantação/renovação do Protocolo Municipal de Uso e Controle do Fogo e este deverá criar um grupo de monitoramento, responsável pelas ações ambientais propostas no documento. O grupo deverá ser constituído, pelas Instituições que atuam no Município.
 - d. Parágrafo único. A nomeação dos membros do Grupo de Monitoramento será validada por documento oficial emitido pelo município e juntado ao documento do Protocolo Municipal de Uso e Controle do Fogo.
 - e. Art. 4º O documento do Protocolo Municipal de Uso e Controle do Fogo deverá conter as propostas de cada segmento assinadas pelos respectivos representantes, seguido da lista de presença das reuniões/atividades realizadas, registro fotográfico e ato normativo de Criação do grupo de monitoramento, devendo ser entregue em mídia digital no Protocolo da Sede do Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS, em Palmas/TO, até o mês de novembro do ano anterior a sua vigência.
 - f. Art. 5º O Protocolo Municipal de Uso e Controle do Fogo tem vigência de 1 (um) ano a partir da data de sua assinatura.
 - g. Art. 6º O município deverá realizar as ações no decorrer de cada ano.
 - h. Art. 7º Durante o período de vigência do Protocolo, caberá ao grupo de monitoramento o acompanhamento das ações propostas e o envio de relatório anual para acompanhamento das ações realizadas.
 - i. Art. 8º Caberá ao grupo de monitoramento do Protocolo Municipal de Uso e Controle do Fogo acompanhar a execução das ações propostas pelos parceiros e encaminhar o relatório assinado pelos componentes as suas respectivas Secretarias Municipais de Meio Ambiente para que os mesmos possam ser anexados como documento obrigatório para comprovação das atividades no ICMS Ecológico (TOCANTINS, 2019).

³De acordo com Carvalho (2020), um país denominado pobre é um país cuja capacidade financeira não lhes permite custear as suas necessidades mínimas

envolvem o meio ambiente, por intermédio de organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta”.

Segundo Toni (2004, p. 02):

Governança ambiental é o conjunto de instituições que rege o uso e o acesso aos recursos naturais. Por instituições devemos entender normas informais e formais, incluindo, leis, valores, costumes, modalidades organizativas e práticas decisórias adotadas por determinado grupo social.

Quanto a intersectorialidade no contexto das políticas socioambientais, estudos realizados por Vieira (2020), evidenciam a ausência de ações intersectoriais voltadas para as questões socioambientais.

Evidenciaram-se a ausência de ações intersectoriais voltadas à vulnerabilidade socioambiental, o enfoque em ações de resposta ao desastre e a dificuldade em dar continuidade aos trabalhos realizados devido às interrupções ocasionadas por mudanças nos cargos políticos. Sugere-se que a vulnerabilidade socioambiental seja trabalhada transversalmente em todas as etapas, articulada entre todos os atores do processo (VIEIRA, 2020; p.132)

Segundo Silva et al. (2014), existe um distanciamento entre a intenção de praticar a intersectorialidade e sua efetivação no cotidiano, concluindo que há potencialidade para intervenções intersectoriais sobre os determinantes socioambientais a favor da promoção da saúde, mas a inconsistência entre o operacional praticado e os aspectos políticos explicitam um desafio a ser superado.

A intersectorialidade aparece como uma abordagem para a implantação da atenção primária no contexto da meta “saúde para todos”, no que implica a análise de que as medidas para promover e proteger a saúde e o bem-estar não podem ser apenas do setor da saúde. Logo, a elaboração e implantação de políticas públicas que melhoram a qualidade de vida requerem o envolvimento e a participação de todos os setores mediante a abordagem intersectorial.

[...] tanto a Organização Mundial da Saúde como seus Estados membros têm procurado desenvolver políticas e programas de saúde mais integrados - incorporados a abordagem dos cuidados de saúde primários - e projetar mecanismos institucionais e estruturas administrativas mais capazes de promover ações intersectoriais para a saúde. Estes esforços apontam para os recursos potenciais que estão disponíveis para a promoção da saúde através de uma abordagem intersectorial que permita ao setor da saúde colaborar com outros setores para moldar e influenciar os seus determinantes relacionados com a saúde para um resultado positivo em saúde (WHO, 1986, p.17).

A Organização Mundial da Saúde, ao ratificar a existência de consequências negativas acarretadas pela globalização, com implicações negativas para alcançar ganhos e melhorias futuras no âmbito da saúde, enfatiza que as consequências negativas somente podem ser vencidas [...] pensando e agindo global e

intersectorialmente para melhorar a saúde nacional (WHO, 1997, p.1). Pensar global e intersectorialmente no âmbito da saúde significa para a OMS entender o mundo como uma “aldeia global” em que a saúde das populações depende de numerosos fatores externos incluindo os perigos ambientais.

Para Resende (2020), a Intersectorialidade se traduz no real fortalecimento da sociedade civil, onde cada um dos setores tem bem claro seu papel e o desempenha com independência, profissionalismo e transparência. Sendo o fundamento da intersectorialidade: “definição clara de papéis e interação efetiva para potencializar resultados de ações conjuntas, ou aplicação prática e eficiente dos princípios da subsidiariedade e complementariedade na administração pública” (RESENDE, 2020, p. 03).

Logo, é seguro dizer que qualquer projeto que pretenda interferir na melhoria ou na solução de problemas sociais, culturais ou ambientais, deve, necessariamente, ter como base de sustentação uma aliança intersectorial, pois para o mesmo, deve-se partir da compreensão de que o Estado (pessoas organizadas em uma determinada circunscrição geográfica) se configura como três setores, sendo, o governo, mercado e entidades de interesse social, ou organizações da sociedade civil (RESENDE, 2020).

3.5 ESTUDO DO ESTADO DA ARTE: PROPOSTAS PARA A INTERSETORIALIDADE DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Seguindo as instruções de metodologia de revisão sugeridas por Sampaio e Mancini (2007), realizou-se, junto a plataformas digitais um levantamento de dissertações e teses que apresentam como objeto de estudo Intersectorialidade de políticas socioambientais e a Normativa Naturatins nº 5.

O processo de revisão de literatura sugerido pelas autoras segue o fluxo de: delimitar a questão científica; definir as bases de dados a serem consultadas juntamente com as palavras-chaves e estratégias de buscas; estabelecer critérios para seleção dos artigos encontrados; conduzir as buscas nas bases; aplicar os critérios de seleção e justificar possíveis exclusões; analisar os estudos incluídos na revisão; preparar um resumo sintetizando informações.

As bases de dados escolhidas para a consulta dos trabalhos foram as plataformas: Catálogos de Teses e Dissertações (CAPES) e a Biblioteca Brasileira de

Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT).

As palavras – Chaves incluídas nas plataformas para a busca foram: Intersetorialidade, Instrução Normativa Naturatins nº 5, Políticas Socioambientais. Sem a aplicação de obteve-se um total de 243461 trabalhos. A fim de refinar as buscas foram acrescentados os seguintes filtros Ano: últimos 5 anos, Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Área de avaliação: Serviço social; Área de Concentração: Questão Social; Direitos Humanos e Políticas Sociais; Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais; Serviço Social, Políticas Sociais, e Direitos Humanos; Avaliação de Políticas Sociais. Resultando em um total de 203 trabalhos, sendo 148 Dissertações e 55 Teses.

Observou-se o título de cada um dos trabalhos, leu-se os resumos daqueles que, pelo título, indicavam ter como base Intersetorialidade, políticas socioambientais e normativa Naturatins n 5º. Segue no Quadro 1 a descrição dos trabalhos encontrados.

Quadro 1: Teses e Dissertações que tratam da Intersetorialidade, políticas socioambientais e normativa Naturatins nº 5.

Ano	Título	Autor	Instituição	Público-alvo
2016	A Intersetorialidade na Gestão das Políticas de Saúde e Assistência Social em Municípios da Região Norte do Estado do Paraná	BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes.	Universidade Estadual de Londrina	Assistência Social e Saúde de Municípios do Paraná
2017	Análise da Intersetorialidade na Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis: o Caso de Sairé	FREIRE, Maria do Socorro Machado.	Fundação Oswaldo Cruz Instituto Aggeu Magalhães	Município de Sairé -PE
2017	A Intersetorialidade nas Políticas Públicas (saúde, Assistência Social e Educação) como Estratégia de Enfrentamento da Pobreza na Região do Jalapão no Estado do Tocantins	ARAÚJO, Gislene Ferreira da Silva.	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Municípios de São Félix do Tocantins, Lizarda e Goiatins – Tocantins
2017	O Desafio da Intersetorialidade entre Educação e Assistência Social: Escola Vila Esperança, Cras Espaço Esperança e Grupo Primavera – Campinas/SP	SANTOS Ferreira dos.	Centro Universitário Salesiano de São Paulo Unisal – Campus Maria Auxiliadora	Escola Vila Esperança, CRAS Espaço Esperança e Grupo Primavera – Campinas/SP

2017	Política de Saúde, Serviço Social e Intersetorialidade: Um Estudo no Município de Ituiutaba/MG	MENDES, Lorrainy Dias Mendes.	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Política de Habitação do Residencial Jardim Europa Ii de Ituiutaba/MG
2018	Serviço Social e Intersetorialidade Entre a Política de Saúde e as Demais Políticas da Seguridade Social: Reflexões a Partir do Processo de Trabalho Dos/as Assistentes Sociais no Hospital de Urgência de Teresina (HUT)	ARAUJO, Nayra Sousa.	Universidade Federal do Piauí	Assistentes Sociais das Clínicas do Hospital de Urgência de Teresina (HUT)
2018	Intersetorialidade na Política de Saúde Mental: Uma Análise a Partir das Articulações Tecidas Pelos/as Assistentes Sociais nas Redes Intersetoriais	PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa.	Universidade Federal do Piauí – UFPI	RAPS, a rede socioassistencial e as redes sociais informais do território Sul de Teresina-PI.
2018	Entre Limites e Possibilidades: A Intersetorialidade na Rede de Proteção da Criança e do Adolescente Vítima de Violência na Cidade de Porto Alegre	CORRÊA, Michele Cardoso.	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Rede de Proteção à Criança e o Adolescente Vítima de Violência na região Centro, Ilhas, Humaitá de Porto Alegre.
2019	A Intersetorialidade: Contradições e Desafios na Política de Assistência Social	LEÃO, Karen Lígia.	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Municípios: Capela de Santana Maratá Portão – Rs
2019	Intersetorialidade: Uma Análise Sobre as Concepções e Percepções Presentes na Experiência do Município de Londrina-PR	FUENTES, Ana Cristina Góis.	Universidade Estadual de Londrina	Município de Londrina

Fonte: Autores, 2021.

O estudo de Brevilheri (2016), dedica-se a analisar a intersetorialidade como estratégia de gestão das políticas de assistência social e saúde, em municípios da região norte do Estado do Paraná, sendo seu principal objetivo analisar como as atuais políticas brasileiras de assistência social e saúde incorporam a intersetorialidade no processo de gestão.

Através de uma pesquisa documental e pesquisa de campo voltadas para setorialidade, integralidade, complexidade e território, construídas mediante

levantamento bibliográfico em que se prestigiou produções intelectuais de autores do Serviço Social, Saúde Coletiva e Administração Pública.

A pesquisa documental voltou-se à apreensão da intersectorialidade em seu marco regulatório, com a análise dos principais documentos normativos destas políticas, tendo coletado os dados mediante análise dos Planos das respectivas políticas (2014-2017); de entrevistas com profissionais envolvidos em sua construção; e da realização de grupos focais com conselheiros municipais: gestores, trabalhadores, prestadores de serviços e usuários.

A partir dos objetivos traçados e dos respectivos procedimentos metodológico, a autora chega à evidência de que:

[...] a existência de inúmeras referências no marco regulatório, que apontam a intersectorialidade como orientação para a gestão destas políticas, porém foram poucas as indicações de articulações intersectoriais na planificação que, sobretudo, não se expressam no cotidiano da implementação das políticas. Revelam que os atores envolvidos no processo de gestão apreendem, conceitualmente, a intersectorialidade como estratégia com potencial de ampliar a capacidade de desempenho das políticas. Porém, são poucas as articulações intersectoriais nos municípios e, sobretudo, se relacionam a programas de outras esferas de governo, que apresentam desenho intersectorial (BREVILHERI, 2016, p. 206).

A autora também destaca “que a intersectorialidade tem se constituído consenso normativo e discursivo, porém, ainda é um desafio prático” (BREVILHERI, 2016).

A questão que norteia a pesquisa de Araújo (2017), é a apreensão de como vem se configurando a intersectorialidade das políticas públicas de saúde, assistência social e educação, como estratégia de enfrentamento da pobreza na região do Jalapão e em que medida essa articulação se realiza e se materializa na gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios nos municípios dessa região, localizada no estado do Tocantins, chegando ao apontamento de que há

[...] uma enorme distância entre os preceitos legais e os princípios explicitados em cada uma das leis orgânicas dessas políticas. O que se constata nos documentos pesquisados e nas informações acessadas é que os municípios precisam caminhar muito nos seus projetos de gestão para se aproximar das conquistas já regulamentadas no âmbito dos direitos sociais no Brasil (ARAÚJO, 2017, p.59).

Não muito distante das abordagens feita por Araújo (2017), Freire (2017), realiza um estudo junto a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS) que é composta por vinte e quatro municípios do estado, dentre os quais Sairé se destaca pela adoção de uma política intersetorial denominada Sairé Mais Saudável. A autora utilizou como referência as práticas de tradução propostas por Potvin (2007), com base na Teoria Ator-Rede.

A Teoria Ator-Rede estuda a ciência em ação, e não a ciência pronta; seu principal artifício é seguir os atores/atuantes de uma ação e suas associações. Portanto, nessa tarefa se faz necessário “chegar antes que fatos e máquinas se tenham transformado em caixas-pretas, ou acompanhamos as controvérsias que as reabrem (LATOUR, 2000, p. 421).

Norteadada pelo objetivo de: “Analisar a intersetorialidade no município de Sairé, enquanto membro da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis, no período de 2004 a 2017”. Freire (2017), chega à conclusão de que:

[...] é importante o conhecimento para produzir reflexividade na ação, transformando princípios em prática de promoção da saúde, e o quanto o diálogo com a academia facilita a mediação desses processos. Isto foi evidenciado no desenvolvimento do Plano Diretor Saudável e na implantação da Unidade de Tratamento e Compostagem (UTC) no município, o que contribuiu para a concepção e implantação de uma Sairé Mais Saudável enquanto política pública, que tem como base a intersetorialidade das ações locais. Percebe-se também que o que deu mais concretude e sustentabilidade à intervenção, no estágio de incentivo à equidade em que se encontra, foi a existência de atores-chave influenciando a gestão e o papel de liderança da gestão municipal e seu comprometimento político em relação aos pactos acordados com a população, a começar pelo respeito ao que já foi construído (FREIRE, 2017, p. 81).

Santos (2017), discorre sobre análise acerca da implantação e implementação da intersetorialidade nas Políticas Públicas de Educação e Assistência Social. Sendo o objetivo da pesquisa “identificar, analisar e refletir sobre os modos postos em prática, e os desafios para a efetivação da política pública de intersetorialidade no contexto da Rede Intersetorial Abraço do município de Campinas”, especificamente na escola Vila Esperança, CRAS Espaço Esperança e Grupo Primavera.

OS resultados alcançados pela autora, similar com os resultados das autoras acima, indicam que a intersectorialidade entre as políticas públicas está em construção e se faz necessária no sentido de uma ação conjunta.

[...]a política de intersectorialidade se faz necessária no âmbito das políticas públicas, ultrapassando o isolamento dos setores, no sentido de uma ação conjunta, compartilhada e articulada para atender as demandas, sobretudo dos setores marginalizados da sociedade, considerados vulneráveis; mas ainda não concretizada. Embora ainda seja um desafio, a educação e assistência social estão caminhando com ganhos e avanços na construção da intersectorialidade. A tendência é trabalhar conjuntamente, uma vez que os usuários são os mesmos, sendo fundamental o diálogo dessas políticas na perspectiva da garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida da população (SANTOS, 2017, p. 45).

De acordo com Mendes (2017), que teve sua pesquisa pautada em analisar a política de saúde e a intersectorialidade na política de habitação de Ituiutaba/MG, ressalta que:

O Serviço Social tem desafios expressivos para efetivar a atuação profissional na saúde na perspectiva intersectorial. Diante da desconstrução dos direitos sociais e do Sistema Único de Saúde, o Código de Ética Profissional e os Parâmetros, são referências significativas para a direção do trabalho e do Projeto Ético-Político Profissional (MENDES, 2017, p.88).

Portanto, de acordo com Mendes (2017), o trabalho intersectorial é um desafio permanente que precisa ser reafirmado e reconhecido como prioridade na atuação do assistente social da saúde e profissionais das diversas áreas, denotando que a política de saúde está distante da intersectorialidade, destacando ainda que “é preciso prever políticas que atendam intersectorialmente e integralmente as necessidades sociais, visando à qualidade de vida” (MENDES, 2017).

Na análise do processo de trabalho dos/as assistentes sociais que atuavam nas Clínicas do Hospital de Urgência de Teresina (HUT), em 2017, no que se refere à materialização da intersectorialidade entre a política de saúde e as demais políticas da Seguridade Social, Araújo (2018), chega a seguinte percepção:

Foi possível perceber que os/as profissionais entrevistados/as reconhecem a importância da intersectorialidade entre a política de saúde e as demais políticas da Seguridade Social para garantir, de fato, a proteção social à população e enfrentar a complexidade dos problemas sociais. Porém a

materialização dessa intersetorialidade ainda se coloca como um desafio para o processo de trabalho do Serviço Social na política de saúde, uma vez que o que prepondera é o desenvolvimento de ações de articulação com outras políticas de maneira pontual e limitada (ARAUJO, 2018, p.146)

Logo, observa-se que os profissionais concordam que a perspectiva da intersetorialidade entre as políticas sociais que compõem o tripé da Seguridade Social contribui para o processo de fortalecimento da proteção social.

No tocante ao estudo realizado por Pereira (2018), acerca da intersetorialidade na Política de Saúde Mental, analisada na perspectiva da Reforma Psiquiátrica, através das articulações desenvolvidas pelos/as assistentes sociais entre a Rede de Atenção Psicossocial, a rede socioassistencial e as redes sociais informais de pessoas com transtornos mentais e/ou familiares, no cenário empírico da Zona Sul de Teresina-PI.

O estudo aponta que a intersetorialidade está prevista, direta ou indiretamente, em legislações, portarias e documentos da Política de Saúde Mental, assim como das demais políticas da Seguridade Social, todavia, a implementação de ações de cunho intersetorial ainda é um desafio na realidade investigada. A autora também constata que:

[...] as pessoas com transtornos mentais e/ou seus familiares apresentam demandas concretas aos assistentes sociais, que envolvem a articulação entre diferentes setores, sobretudo relacionadas às suas precárias condições de vida, que afetam o processo saúde-doença. Entretanto, no geral, o trabalho intersetorial ocorre mais no espaço da micropolítica e, ainda assim, é limitado, voltado para a realização de encaminhamentos, orientações e ações de alguns profissionais (PEREIRA, 2018, p.34).

No intuito de conhecer como tem se efetivado o trabalho da rede de proteção à criança e ao adolescente vítima de violência na região Centro, Ilhas, Humaitá de Porto Alegre, na perspectiva da intersetorialidade, a fim de identificar alternativas para a qualificação das políticas de proteção integral deste segmento social.

Corrêa (2018) pesquisou como são desenvolvidas as ações intersetoriais na rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência, e, quais as sugestões são elencadas pelos profissionais para qualificar o trabalho na perspectiva da intersetorialidade.

Quanto a materialização da intersectorialidade na rede, a pesquisa culminou na seguinte evidência:

[...] os profissionais reconhecem este conceito e trabalham nesta perspectiva. Os resultados apresentam experiências concretas da rede no trabalho intersectorial, os profissionais compreendem a complexidade das situações de violência e a necessidade da articulação em rede, entre os diferentes atores e setores. Desta forma, busca-se acolher, atender e acompanhar crianças e adolescentes evitando a revitimização dos mesmos (CORRÊA, 2018, p.125).

A autora também faz o apontamento, a partir das informações coletadas acerca da intersectorialidade, que a mesma tanto permite maior efetividade nas estratégias de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, quanto atua como mecanismo que oculta as fragilidades da rede de proteção.

Com o intuito de analisar como vem se materializando a intersectorialidade na Política de Assistência Social na Região do Vale do Caí. Leão (2019), realizou a coleta de dados através de entrevistas com três gestores e três assistentes sociais, bem como foram analisados os documentos relacionados à política de assistência social.

Tendo como principal resultados do estudo, a incipiência da prática intersectorial nos municípios/lócus da pesquisa realizada e conclui que “a intersectorialidade deve ser compreendida como um modelo de gestão para que se tenha acesso efetivo quanto à oferta dos serviços públicos e aos direitos sociais garantidos legalmente” (LEÃO, 2019, p. 68).

O estudo de Fuentes (2019), analisando as principais concepções e percepções presentes na experiência de concertação intersectorial vivenciada no município de Londrina – Pr., a partir da implantação do Grupo Gestor Intersectorial (GIACA). A pesquisa conduz a autora a identificar “a urgência quanto a incorporação, da consciência de que a intersectorialidade pode incidir na qualificação da gestão das políticas pública, com foco na superação da fragmentação dos processos, tanto de distribuição de recursos quanto metodológicos (FUENTES, 2019, p. 216).

Para tanto a autora sugere que reuniões de rede sejam efetivamente palco para as discussões sobre Proteção Social, intersectorialidade, pobreza, família, controle social, democracia, dentre outros assuntos que possam nortear as ações intersectoriais.

Mediante a explanação das conclusões e apontamentos feitos pelos autores acima a partir de estudos realizados, claro, não se pode atribuir à intersectorialidade a responsabilidade salvífica de corrigir as contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista mas, sem dúvida, a intersectorialidade pode provocar avanços na

forma como as políticas públicas são operadas, afetando diretamente na melhoria das condições de vida das pessoas por meio da ampliação da efetivação de direitos sociais.

4 MATERIAL, MÉTODO E RESULTADOS

Trata-se de pesquisa realizada no município de Porto Nacional - TO, de caráter qualitativo, exploratória e documental, em fontes secundárias, compreendendo uma análise dos documentos oficiais que, segundo Richardson (2008), se caracteriza como a tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa aprofunda no conceito da intersectorialidade, considerando a possibilidade de apreensão do empirismo, da subjetividade e envolvimento emocional, mas distanciado do pesquisador; não perdendo a objetivação do fenômeno, hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar; a precisão das relações entre o global e o local ao considerar-se e analisar-se o fenômeno.

Ao propor o aprofundamento qualitativo no tema a ser pesquisado, estruturamos os seus resultados a maior familiaridade com o problema, o que para Gil (2007), permite operacionalizar a pesquisa com ampla referência bibliográfica e estudo, contribuindo para a ocorrência dos fenômenos e, explanar o porquê das coisas através dos resultados oferecidos.

Nesse estudo foi analisado o Plano Municipal de Assistência Social Instrução Normativa Naturatins nº 5, no que se refere a garantia do Direito Ambiental e a Proteção Social da População.

Foram analisados estudos teóricos de revisão de literatura, aprofundamento no texto oficial do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e em documentos oficiais que resultam dos seus desdobramentos. Por fim, a análise destes conteúdos e técnicas, representam um conjunto de procedimentos frequente em trabalhos acadêmicos por ter clareza ao conectar e integrar as informações pesquisadas a percepção técnica das informações obtidas agregadas à leitura dialética das informações o que permitirá maior compreensão do objeto de estudo e dos objetivos pretendidos.

4.1 UNIVERSO DA PESQUISA

4.1.1 Município de Porto Nacional – TO

O município de Porto Nacional - TO está localizado na região centro leste do estado do Tocantins. Fundado no início do século XIX, sempre desenvolveu a sua riqueza cultural ligada ao rio Tocantins, apresentando ao longo de sua existência a principal via de acesso que era o rio, por onde embarcações singravam o Tocantins transportando mercadorias entre Porto Nacional e Belém do Pará. Com a construção da rodovia BR-153, nos anos 1970, o fluxo de pessoas e mercadorias passou para a via terrestre. (OLIVEIRA, 2009).

A população total do município (censo IBGE 2010) é de aproximadamente 49.146 residentes, dos quais 2.266 encontram-se em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00, ou 4,6% da população. Do total de extremamente pobres, 1.041 (45,9%) vivem no meio rural e 1.225 (54,1%) no meio urbano (IBGE,2010).

No que tange as questões sociodemográficas, observa-se que a população do município ampliou entre os censos demográficos de 2000 e 2010 a taxa de 0,89% ao ano, passando de 44.966 para 49.146 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,81% ao ano, e inferior a cifra de 2,10% ao ano da Região Norte. A população urbana em 2000 representava 86,16% e em 2010 a passou a representar 86,34% do total (IBGE,2010).

Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 3,2% em média. Em 2000, este grupo representava 7,0% da população, já em 2010 detinha 8,8% do total. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,2% ao ano). Crianças e jovens detinham 34,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 15.446 habitantes.

Em 2010, a participação deste grupo reduziu para a 27,8% da população, totalizando 13.671 habitantes. A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (de 1,67% ao ano) em média, passando de 26.377 habitantes em 2000 para 31.130 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,3% da população do município (COSTA; BALSAN, 2016).

Em Porto Nacional/TO, o serviço especializado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é ofertado através do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que se trata de uma unidade pública administrada pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) (CREAS, 2019).

O SUAS em Porto Nacional/TO, mediado pelo CREAS, oferece ações especializadas de orientação para pessoas que estão em situação de ameaça ou sendo violadas em seu direito, e atenções para as famílias em serviços socioassistenciais, saúde, educação em diversas políticas públicas de proteção e acompanhamento psicossocial, jurídico e individualizado.

A partir deste contexto, o centro promove ações para acolher as pessoas afetadas. Posteriormente, é realizado um acompanhamento para fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos cidadãos. O trabalho realizado pelas equipes do CREAS visa a superação do problema apresentado e a reinserção do indivíduo no ambiente social.

4.1.2 Sinopse acerca das características climáticas do Município

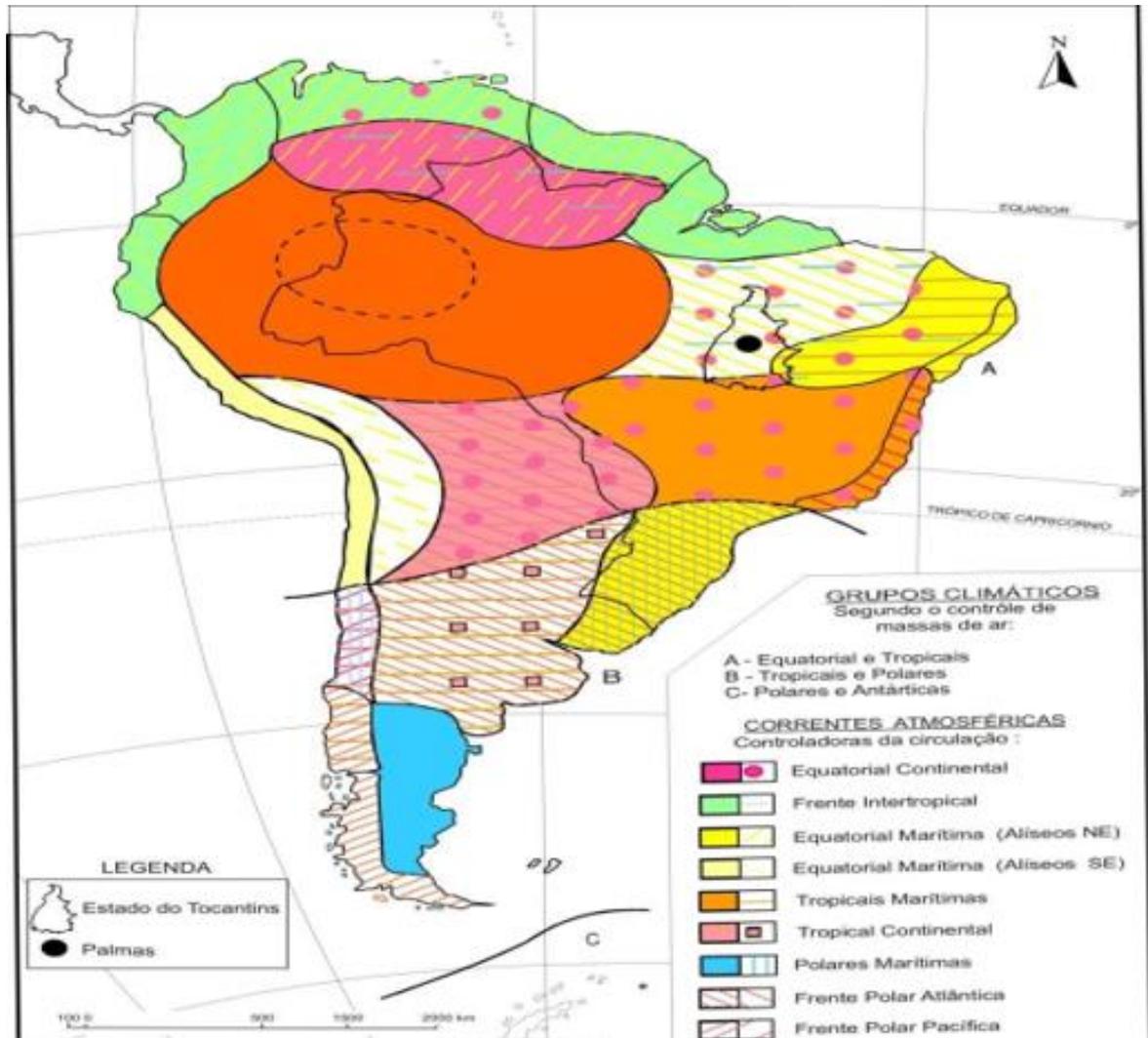
Tendo como embasamento teórico as explanações da Secretaria de Estado de Planejamento do Tocantins (SEPLAN) (TOCANTINS, 2012), haja vista a ausência de técnica exclusiva, para o município de Porto Nacional, utilizou como referência a capital Palmas por sua proximidade territorial com a do município, e também apresentar deficiência hídrica (B1wA'a') e com média anual de 1700 a 1800 mm de pluviosidade e temperatura média anual de 28°C.

Desse modo, ao realizar a análise entre a expansão da malha urbana de Porto Nacional e da Capital Palmas e mesmo a extensão de ambos territórios ser de aproximadamente 25km no sentido Sul/Norte e mais ou menos 9km de Leste para Oeste, cabe ressaltar a necessidade para ambos os territórios de uma maior rede de estações climáticas, atuando na coleta dos dados e possibilitando estudos mais precisos de seu clima, em especial do município de Porto Nacional, objeto desta análise (FREITAS; SOUZA, 2016).

Sobre os estudos que consideram a gênese e a dinâmica climática notou-se a eminência da atuação da Massa Tropical Atlântica (MTA) no município de Porto Nacional, com características de estabilidades em setembro e instáveis a partir de outubro, o que para Souza (2010), reforça a análise de que as instabilidades tendenciam a ser estação chuvosa, já que nos meses de inverno praticamente não há registros de pluviosidade.

A Figura 1 apresenta as regiões climáticas que está predominante no Estado do Tocantins.

Figura 1 - Regiões climáticas predominante no Estado do Tocantins

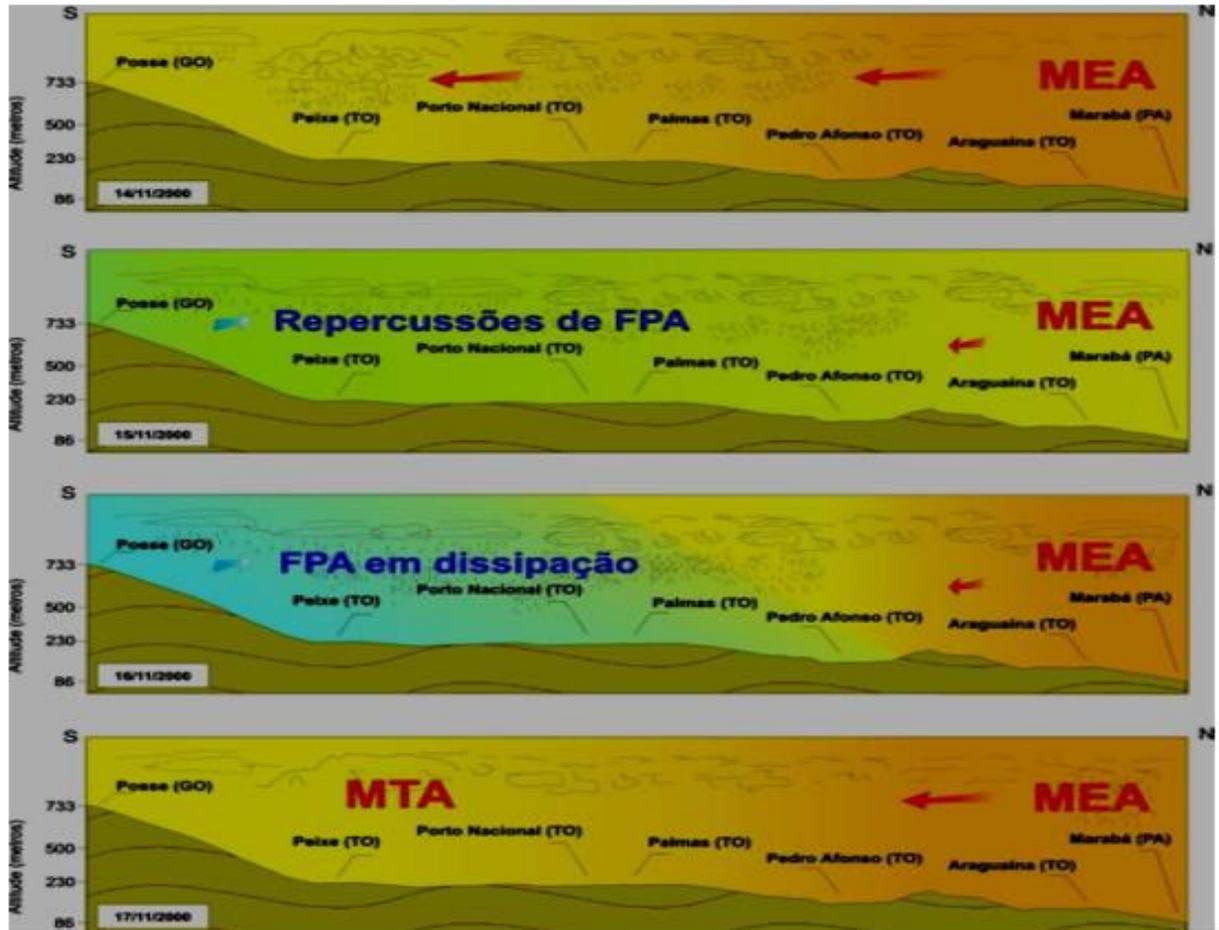


Fonte: In: Adaptado de: MONTEIRO, 2000.

Souza (2010), observa (conforme figura acima) que a predominância dos sistemas tropicais e equatoriais no Estado do Tocantins atuam com as correntes atmosféricas equatorial continental, a frente intertropical e a equatorial marítima originada no Nordeste, o que influencia para a atuação das três controladoras de circulação já mencionadas, sendo a de maior influência a Equatorial Atlântica (MEA) e a Tropical Atlântica (MTA), área onde esta inserido o município de Porto Nacional.

A Figura 2 apresenta a atuação frontal em dissipação na porção sul onde estão localizadas a capital Palmas e o município de Porto Nacional.

Figura 2 - Atuação Frontal em Dissipação na Porção Sul do Estado de Tocantins



Fonte: Souza, 2016.

A Figura 2 mostra um episódio com avanço maior do eixo principal da frente polar (FPA) e consequente chegada de ar polar tropicalizado (MPV) na porção centro-sul do Tocantins. Ressalta-se que essa situação normalmente não leva ao rebaixamento significativo das temperaturas, mas a uma queda suave, acompanhada por uma mudança no padrão dos ventos. Nesse caso, o fenômeno não é facilmente percebido pelo observador comum, ao contrário do que costuma ocorrer em áreas na porção centro-sul do país em ocasiões de atuação frontal e subsequente invasão de ar polar (SOUZA, 2016).

⁴ [...] levando em consideração a ausência de estudos climáticos específicos do município de Porto Nacional – TO;

⁵ [...], sendo estes: Massa Polar Atlântica (MPA), Frente Polar Atlântica (FPA) e suas variantes que eventualmente influenciam o clima nas porções centro e sul da região em foco.

4.2 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

4.2.1 O Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo

Com a finalidade de prevenir e minimizar a ocorrência de queimadas e incêndios florestais no município, proporcionando a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar social, cujo a intersectorialidade seja a primazia na agenda das políticas de uso e controle correto do fogo, foi estabelecido o "Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo" (TOCANTINS, 2019.).

Stampa (2011), ao apresentar a importância das ações governamentais de forma intersectorial e interinstitucional afirma a hipótese de que uma vez integradas e descentralizadas as ações de combate e uso correto do fogo, fortalece um princípio constitucional de que o trabalho em rede deve ser discutido e experimentado, mesmo que ainda essas práticas, quando ocorrem, figuram como processos inovadores e experimentais.

No entanto, ao analisar a questão da probabilidade de ocorrências de incêndios, originárias das condições atmosféricas predominante em um dado período de tempo, até a manutenção e propagação do fogo, observa-se que a falta de planejamento estratégico por parte dos gestores municipais no controle do fogo, associados com a baixa umidade do ar, propensa incêndios florestais, aumentando consideravelmente a baixa umidade, favorecendo uma maior atuação da radiação solar sobre a superfície (STAMPA, 2011).

Considerando que compete ao poder público promover a defesa do meio ambiente, o "Protocolo de o Fogo" visa estimular a construção de um processo participativo nos quais o indivíduo e a coletividade possam construir valores sociais, aprofundando seus conhecimentos, desenvolvendo habilidades, atitudes e competências, voltadas para a conservação do meio ambiente, principalmente incentivando a população à responsabilidade com a redução de queimadas e incêndios florestais (STAMPA, 2011, apud. TOCANTINS, 2019).

Nortear os trabalhos de prevenção à ocorrência de incêndios florestais no Estado do Tocantins, a partir de ações de sensibilização e mobilização social como também a implantação intersectorial do Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo, com ênfase para o município de Porto Nacional, são as principais prerrogativas para o enfrentamento da complexidade da "questão social" e a

construção de estratégias de gestão para a formulação e implementação do referido protocolo, tendo como maior parceiro o sistema de proteção social da política de assistência social municipal. Estas estratégias podem ser observadas no Quadro 2.

Quadro 2: Estratégias de gestão para a prevenção e controle de fogo

AÇÕES PREVISTAS NA INSTRUÇÃO	PACTUAÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS GESTORES MUNICIPAIS
Conduzir oficinas de formação de multiplicadores capacitando Gestores Municipais	Mobilização, elaboração do documento do Protocolo do Fogo e realização das ações, junto aos representantes de entidades públicas e privadas do município
Protocolo da Sede do Instituto Natureza do Tocantins- Naturatins, em Palmas/TO, até o mês de novembro do ano anterior a sua vigência.	O município fica responsável pela implantação/renovação do Protocolo Municipal
	Criação de um grupo de monitoramento, responsável pelas ações ambientais propostas no documento.
	O documento deverá conter as propostas de cada segmento assinadas pelos respectivos representantes, seguido da lista de presença das reuniões/atividades realizadas, registro fotográfico e ato normativo de Criação do grupo de monitoramento
	O município deverá realizar as ações no decorrer de cada ano.
	Caberá ao grupo de monitoramento o acompanhamento das ações propostas e o envio de relatório anual para acompanhamento das ações realizadas.
	Acompanhamento da execução das ações propostas pelos parceiros e encaminhar o relatório assinado pelos componentes as suas respectivas Secretarias Municipais de Meio Ambiente para que os mesmos possam ser anexados como documento obrigatório para comprovação das atividades no ICMS Ecológico;

Fonte: LEGISWEB, 2021;

4.2.2 Plano Municipal de Assistência Social de Porto Nacional – TO

A assistência social é garantida a quem dela necessitar e todos (as) somos iguais em direitos e deveres de cidadania, não deixando de observar em nossas ações e atuação profissional, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, visando o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade,

à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (NACIONAL, 2018).

Ao realizar a análise socio territorial observou que o acesso da população portuense aos direitos fundamentais estabelecidos em Constituição, necessitava de programas, projetos e ações voltadas ao enfrentamento, erradicação e superação das situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social, com atenção especial às famílias, crianças, meninos, meninas, jovens, idosos, comunidades quilombolas e tradicionais, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e / ou em situação de rua, bem como aos demais grupos socialmente excluídos (NACIONAL, 2018).

Assim sendo, ao ser identificada a extrema necessidade de se rever as políticas sociais no âmbito da assistência social devido às necessidades serem diferentes, o referido Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2018-2021 visou garantir essa igualdade de direitos e oportunidades, apresentando também em seus eixos prioritários maior atenção aos Povos e Comunidades Tradicionais, como indígenas, quilombolas, dentre outros (NACIONAL, 2018).

A Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS de Porto Nacional apresentou em suas metas a organização de um núcleo integrado voltado para o atendimento dessas comunidades, fomentando em suas atuações profissionais esse recorte com relevância multicultural, integrada com as demais ações, fazendo com que os programas possam chegar a essas comunidades e aos que mais precisam (NACIONAL, 2018).

Uma vez estruturado com a ampla visibilidade rumo à sociedade justa, o plano municipal se apresentou aberto ao crescimento de novas forças sociais, representando a expressão dos anseios da liberdade e da democracia do acesso aos direitos sociais, como também o instrumento legítimo de consagração, com força jurídica, das aspirações por justiça social e proteção da dignidade humana, constantemente revitimizada e condicionada a exclusão e a marginalidade.

O quadro 3 apresenta as prioridades e metas para gestão municipal no âmbito do pacto de aprimoramento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), previsto na NOB/SUAS, definida pela Comissão Intergestora Tripartite (CIT) em conformidade com os eixos de proteção social:

Quadro 3: Prioridades e Metas Para Gestão Municipal no Âmbito do Pacto de Aprimoramento do SUAS, Porto Nacional, 2015.

GESTÃO
<p>PRIORIDADE I - Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS- Atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS no período de 2014 a 2017 de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público.</p>
<p>PRIORIDADE II- Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais- 100% dos municípios de pequeno I e II e médio porte com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial. 100% dos municípios de grande porte e metrópole com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, áreas constituídas como subdivisões administrativas a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, com subdivisão de Média e Alta Complexidade, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda, área de Gestão do SUAS com competência de: Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial.</p>
<p>PRIORIDADE III- Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS- 100% dos municípios com Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS atualizada.</p>
CONTROLE SOCIAL
<p>PRIORIDADE I- Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social- Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social com representação da sociedade civil composta representantes de usuários e dos trabalhadores do SUAS.</p>
<p>PRIORIDADE II- Instituir o CMAS com instância de Controle Social do Programa Bolsa Família- Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social como instância de controle social do PBF.</p>
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
<p>PRIORIDADE I - Acompanhamento familiar pelo PAIF - Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no CadÚnico de 15 % para municípios de Peq. I e 10% para os demais portes</p>
<p>PRIORIDADE II- Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários doBPC- Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC: 25 % para municípios de Peq. Porte I e 10% para os demais portes</p>
<p>PRIORIDADE III- Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico- Atingir os seguintes percentuais de Cadastramento no CadÚnico das famílias com presença de beneficiários do BPC: Munic. Peq I - 70%; Munic. Peq II – 70%; Médio Porte – 60 %; Grande Porte – 60%; Metrópole – 50%</p>
<p>PRIORIDADE IV- Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda- Atingir taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de 15% para os municípios de Peq. Porte I e 10% para os demais portes.</p>
<p>PRIORIDADE V- Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social - Atingir 50% de taxa de acompanhamento das famílias em fase de suspensão do Programa Bolsa Família em decorrência do descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social com respectivo sistema de informação.</p>
<p>PRIORIDADE VI- Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência eFortalecimento de Vínculos.</p>
<p>PRIORIDADE VII- Ampliação da cobertura da Proteção Social Básica nos municípios de grande porte e metrópoles- Referenciar 100% da população constante no CadÚnico com ½ SM ou 20% dos domicílios do município aos CRAS.</p>
<p>PRIORIDADE VIII- Adesão ao Programa BPC na Escola- Alcançar 100% de adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola</p>
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PRIORIDADE I- Ampliação da cobertura do PAEFI nos municípios com mais de 20 mil habitantes- Implantar 1 CREAS em todos os municípios entre 20 e 200 mil habitantes e no mínimo de 1 CREAS para cada 200 mil habitantes.
PRIORIDADE II- Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil- Atingir no mínimo 70% de cadastro até fim de 2016 nos Municípios com alta incidência que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas do PETI em 2013. Atingir no mínimo 70% de cadastro até fim de 2017 nos Municípios com alta incidência que aderiram ao cofinanciamento das ações estratégicas do PETI em 2014. Atingir 50% de identificação e o cadastro do trabalho infantil para os demais municípios.
PRIORIDADE III- Cadastramento e atendimento da População em Situação de Rua- Identificar e cadastrar no CadÚnico 70% das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado ofertado no Centro Pop. Implantar 100% dos Serviços para população de rua (Serviço Especializado para Pop Rua, Serviço de Abordagem Social e Serviço de Acolhimento para pessoa em situação de rua) nos municípios com mais de 100 mil habitantes e municípios de regiões metropolitanas com 50 mil ou mais, conforme pactuação na CIT e deliberação do CNAS.
PRIORIDADE V- Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes- Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para crianças e adolescente em conformidade com as pactuações da CIT e resoluções do CNAS.
PRIORIDADE VI- Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas- Realizar em 100% dos CREAS o acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.
PRIORIDADE VII- Implantar Unidades de Acolhimento (residência inclusiva) para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares- Implantar 100% das unidades de acolhimento (residência inclusiva), conforme pactuado na CIT e deliberado pelo CNAS, para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares

Fonte: Pacto pelo aprimoramento da Gestão do SUAS (2015).

A suposta manifestação de extensão do acesso aos serviços socioassistenciais no município (tendo como primazia as prerrogativas supramencionadas), se iniciou com a estruturação do plano de ações e metas ao longo dos 4 (quatro) anos vigentes (2017-2021), mesmo que ainda marcado pela dualização do voto do cabresto, seletividade e clientelismo.

O quadro 4 apresenta as metas estabelecidas e estruturadas pelo município, no âmbito da Proteção Social Básica (política de maior referência na assistência social), seus responsáveis e fontes de recursos, com base nas resoluções estabelecidas pelo pacto pelo aprimoramento da gestão do SUAS:

Quadro 4: Metas estabelecidas e estruturadas pelo município, no âmbito da Proteção Social Básica

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
AÇÃO	METAS	RESPONSÁVEL	FONTE DE RECURSO
Realização do diagnóstico socioterritorial dos CRAS	02 diagnósticos atualizados de acordo com a realidade	SETAS/CRAS	Federal Municipal
Acolhida (PAIF)	100% das famílias	EQUIPE CRAS	Federal Municipal
Acompanhamento familiar individual e/ou em grupo (PAIF)	80% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal

Acompanhamento familiar individual e/ou em grupo de famílias em descumprimento de condicionalidade do programabolsa família (PAIF)	100% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal
Acompanhamento familiar individual e/ou em grupo de famílias beneficiárias do BPC (PAIF)	80% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal
Oficinas com famílias (PAIF)	90% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal
Ações coletivas/ comunitárias (PAIF)	80% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal
Ações particularizadas (PAIF)	90% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal
Visitas domiciliares (PAIF)	90% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal
Encaminhamentos com acompanhamento, para benefícios e serviços socioassistenciais ou para as demais políticas setoriais (PAIF)	100% das famílias	Equipe CRAS	Federal Municipal
Aplicação de questionário BPC na Escola	90% das famílias	Equipe CRAS/SEDUC/SETAS	Federal Municipal
Orientação sobre BPC Idoso e/ou pessoa com deficiência	Conforme demanda	Equipe CRAS	Federal Municipal
Articulação intersetorial	90% da rede socioassistencial	Equipe CRAS	Federal Municipal
Busca Ativa (PAIF)	90% do território	Equipe CRAS	Federal Municipal
Produção de material socioeducativo (PAIF)	Sempre que houver demanda	SETAS/ Equipe CRAS	Federal Municipal
Ações de mobilização popular para a execução da proteção social básica	Ações de mobilização realizadas pelos e/ou CRAS	SETAS	Federal Municipal
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças até 6 anos	80% do público perfil da faixa etária do território	Equipe CRAS/ Equipe SCFV	Federal Municipal
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	80% do público perfil da faixa etária do território	Equipe CRAS/ Equipe SCFV	Federal Municipal

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos	80% do público perfil da faixa etáriado território	Equipe CRAS/ Equipe SCFV	Federal Municipal
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 18a 29 anos	80% do público perfil da faixa etáriado território	Equipe CRAS/ Equipe SCFV	Federal Municipal
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adultos de 30 a 59 anos	80% do público perfil da faixa etáriado território	Equipe CRAS/ Equipe SCFV	Federal Municipal
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos	80% do público perfil da faixa etáriado território	Equipe CRAS/ Equipe SCFV	Federal Municipal
Programa de Promoção do acesso ao Mundo do trabalho –ACESSUAS	90 % do público perfil inserido nos cursos/serviços/mobilização	SETAS	Federal Municipal

Fonte: Plano de ação das metas estabelecidas e estruturadas pelo município de Porto Nacional, 2015.

No quadro pode-se observar a contradição entre os princípios teóricos ou fenômenos empíricos da política de assistência social municipal, com as estabelecidas pela CITI, versus o que preconiza a instrução Naturatins nº 5, haja vista a ingovernabilidade da gestão da Política de Proteção Social Básica municipal desagregar as questões ambientais que são de interesse coletivo para o que Valadares e Coelho (1995), classifica como um conjunto simples de argumentos na qual antes mesmo de sua implementação, tendência a saturação da agenda pública, particularmente ocasionada pelo fascismo de supostos direitos sociais, versus a incapacidade técnica do gestor que está representando a pasta da assistência social municipal em saber direcionar a intersectorialidade para o princípio da universalização da cobertura e equalização de benefícios socioassistenciais em sua totalidade.

Brasil (2004) menciona que:

Os serviços de proteção social básica têm como objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Os serviços atendem o conjunto da população em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros [...], todos eles [...] oferecidos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e, no caso do SCFV, também nos Centros de Convivência, que

podem ser governamentais ou não-governamentais. No CRAS, além de acessarem os serviços e programas da proteção social básica do SUAS, os(as) cidadãos(ãs) recebem orientações sobre o acesso aos benefícios assistenciais, ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e são encaminhados a outras políticas públicas, conforme as necessidades que apresentam. (p.01).

Assim sendo, cabe ressaltar ainda a importância do debate contínuo sobre o uso correto do fogo através da intersetorialidade entre as políticas, programas, ações governamentais e não governamentais, evitando assim o esgarçamento da relação entre ambas e a perpetuação do postulado de um caleidoscópio de questões cruciais e mal colocadas, visto que o plano de ação municipal de assistencial analisado, consta evidentes padrões de dominação de pobreza e desigualdade social (NETTO, 2011).

RESULTADO E DISCUSSÕES

Foi possível observar que diversos são os elementos que participam da composição da amplitude do conceito de intersectorialidade comprometido e construído pelos gestores ou técnicos no âmbito da política de assistência social e ambiental municipal⁶, tais como:

- ✓ As respostas espontâneas e subalternas dadas pelos mesmos às questões relativas à instrução Naturatins nº 05 e o Plano Municipal de Assistência Social;
- ✓ As principais características de relação dialética que remetem a população municipal em sua totalidade ao condicionamento de isolamento ou ruptura com as pautas de interesse comum e coletivo;
- ✓ A rotulação verbal contraditória, obtido a partir dos significados evocados pelos mesmos diante de cada um dos dois conjuntos de atributos apresentados no que se refere a diferentes políticas públicas, a exemplo da política de assistência social.

Desse modo, a ausência de processos socialmente participativos e politicamente orientados, que segundo Burlandy (2010, p. 27) “[...] significa a essencialidade de consolidação de uma dinâmica interdisciplinar e intersectorial, que possibilita a construção de um conceito amplo e multidimensional tal qual expresso em lei[...]”; Com isso o estudo permite-nos inferir que a Instrução Naturatins nº 05 não foi construída para a realidade de queimadas e considerando as condições socioeconômicas da população do município.

Observa-se, a reprodução da segregação de planejamento, capacitação e formação continuada fortalecendo a perpetuação da formulação de diferentes políticas ambientais distantes das estratégias necessárias de combate ao uso incorreto do fogo e do desenvolvimento social em sua totalidade.

Desta forma, não diferente das políticas ambientais municipais, a de assistência social deixa de cumprir o que a sua matricidade traz enquanto aspectos teórico-metodológicos, ou seja, fortalece a exclusão como equivalente ao termo pobreza, pois embora os esforços sejam simbólicos, estes na sua veracidade

⁶ Com ênfase maior para a instrução Naturatins nº 5, como também para o Plano Municipal de Assistência Social do município de Porto Nacional – TO;

estampam a pior situação de pobreza como face extrema da marginalização ambiental e social, que segundo Sposati (1999), significa a condenação da população local ao preconceito e discriminação.

Pode-se considerar as limitações no âmbito da intersectorialidade entre a instrução normativa e o plano municipal de assistência social, a percepção e falta de visibilidade técnica dos representantes do Legislativo, Executivo e Judiciário em identificar a ausência de democratização da gestão das políticas ambientais (de forma intersectorial), haja vista não ser perceptivo as preocupações com limitar e partilhar o poder do Estado, aumento do comprometimento dos governos com a pauta social e a eficácia da ação administrativa (VALLADARES, 1995).

Assim sendo, cabe ressaltar ainda a importância do debate contínuo sobre o uso correto do fogo através da intersectorialidade entre as políticas, programas, ações governamentais e não governamentais, evitando assim o esgarçamento da relação entre ambas e a perpetuação do postulado de um caleidoscópio de questões cruciais e mal colocadas, visto que o plano de ação municipal de assistencial analisado, consta evidentes padrões de dominação de pobres (NETTO, 2011).

Ao realizar a comparação dialética entre a literatura pertinente e a interpretação dos dados obtidos nota-se a ausência de ligação entre Políticas Socioambientais, meio ambiente, urbanização e a proteção as populações em situação de vulnerabilidade social local, tendenciando ao apontamento de desativação da proteção social e ambiental no município, em prol da perspectiva e crescimento desordenado que atendem mais as perspectivas capitalistas, monopolistas e mercantilistas, do que as necessidades da população e do meio ambiente que em última análise tendem a contemplar assim o pleno enriquecimento da classe burguesa, que lucra com as queimadas, bem como com a perpetuação e domínio das populações mais vulneráveis.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise realizada no texto oficial do plano municipal de assistência social de Porto Nacional e a Instrução Naturatins nº 05, como estratégia para viabilidade de propostas para a intersectorialidade de Políticas Socioambientais

Os resultados permitiram concluir que, a intersectorialidade, pelo seu potencial de fazer fluir, de forma coletiva e universalizada, o planejamento, a execução e o controle das ações, apresenta-se como possibilidade concreta para melhor desenvolvimento e aplicabilidade da instrução normativa, diante da real necessidade de desenvolver os seus mecanismos através da Proteção Social Básica da Política Municipal de Assistência Social.

Embora a articulação da política ambiental com a de assistência social impliquem em ações respaldadas pelo bem-estar da população em sua totalidade, foi possível observar que ainda há um grande índice de pobreza e desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Esta mesma afirmativa também se estende aos dilemas da gestão municipal desenvolvida no município, uma vez que, a análise dialética do conteúdo sistematizado mostrou que os sujeitos inseridos no âmbito do legislativo e executivo não priorizam a pauta do meio ambiente e assistência social.

Observou-se também a grande falta de empenho político por parte das instâncias públicas e não governamentais das esferas municipais, estaduais e federais em trabalhar de forma coletiva a implantação e implementação das ações, tornando a integralidade da política ambiental com a socioassistencial como um grande desafio, pelo fato de o aprimoramento ainda ser um fator de resistência por parte de alguns sujeitos envolvidos.

Sobre o legado, cabe aqui mencionar que se considera, como tal, a importância de proporcionar a mobilização social, a articulação e a integração dos esforços interinstitucionais e interfederados para proteção ambiental, haja vista ser a população em situação de vulnerabilidade social as mais atingidas com a ausência das políticas pertinentes ao tema.

Por outro lado, mesmo que a visão intersectorial prevaleça, não se pode descartar que o divisor de águas percebido entre as políticas, caso não seja estruturada uma nova metodologia de articulação, tenderá para respostas

imediatas e assistencialistas e na inversão de ações contundentes voltadas para a criação de barreiras políticas e fragilizadas de mecanismos para o seu enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gislene Ferreira da Silva. **A INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO) COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NA REGIÃO DO JALAPÃO NO ESTADO DO TOCANTINS**. 2017. 152 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

ARAUJO, Nayra Sousa. **SERVIÇO SOCIAL E INTERSETORIALIDADE ENTRE A POLÍTICA DE SAÚDE E AS DEMAIS POLÍTICAS DA SEGURIDADE SOCIAL: reflexões a partir do processo de trabalho dos/as assistentes sociais no Hospital de Urgência de Teresina (HUT)**. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em políticas públicas) – Universidade Federal do Piauí.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Portaria MS**, v. 2914, p. 12, 2004.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS. Ministério do Desenvolvimento Social à Fome**. 1ª Ed. Brasília, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/5h44SoQ>. Acesso em: 04 mai. 2020.

_____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Pacto de Aprimoramento do Suas**. 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/pacto-de-aprimoramento-do-suas> >. Acesso em 12 jun. 2020.

_____. **Relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF, mar. 1986.

Burlandy, L. **Construção e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar e nutricional**. CS COL 15 (1), 2010. BRASIL. **Instrução Normativa NATURATINS Nº 5. 2015**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=382654>; acesso 16 out. 2020.

BREVLHERI, E. C. L. **A intersectorialidade na gestão das políticas de saúde e assistência social em municípios da região norte do estado do Paraná**. 2016 Centro de Estudos Sociais Aplicados. Tese - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social - Universidade Estadual de Londrina. 2016.

CAVALCANTI, P. B.; BATISTA; K. G. S.; SILVA, L. R. **A estratégia da intersectorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB**. Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Famílias. Porto Alegre, PUC/RS, v. 1, 2013.

CARVALHO, Edson Ferreira; BATISTA, Vanessa. Cidadania, crise do Estado e Reforma Constitucional. In: Revista do Curso de Direito de Cruz Alta. V.5.2000

COSTA, R. N. O.; BALSAN, R. **Movimento migratório e história de vida dos idosos de Porto Nacional, TO**. Revista Interface, Edição nº 11, maio de 2016.

CORRÊA, M. C. **Entre limites e possibilidades: a intersectorialidade na rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência na cidade de Porto**

Alegre. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-RS, Porto Alegre, 2018.

COSTA, P. C. F. C. **ICMS ECOLÓGICO NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS ESTADUAIS.** 2019. (TCC em Engenharia Florestal) Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019.

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Porto Nacional. **Porto Nacional TO ÁREA PÚBLICA GUACHUPÉ: Telefone e Endereço e Cadastro.** Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Porto Nacional Porto Nacional, 2018. Disponível em: < <https://creas.me/creas-porto-nacional-to-area-publica-guachupe/> > Acesso em: 22 ago. 2020.

DIAS, M. S. A.; PARENTE, J. R. F.; VASCONCELOS, M. I. O.; DIAS, F. A. C. **Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver? Ciência & Saúde Coletiva.** Sobral, SE – 19 (11): 4371- 4382, 2014.

ESTY, D. C.; IVANOVA, M. H. **Governança ambiental global: opções e oportunidades.** São Paulo: Senac São Paulo, 2005. p. 207-231.

FREITAS, T. P.F.; SOUZA, L.B. **Aspectos Do Clima Urbano De Palmas -TO no Episódio de Outono-Inverno.** Revista Caminhos de Geografia. Revista online <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/> ISSN 1678-6343, 2016.

FREIRE M. S. M. **Análise da intersetorialidade na rede pernambucana de municípios saudáveis: o caso de Sairé.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2017.

FUENTES, A. C. G. **Intersetorialidade: uma análise sobre as concepções e percepções presentes na experiência do município de Londrina-PR.** 2019. 154 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social.) Universidade Estadual de Londrina.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Cidades e Estados. Censo Brasileiro de 2010.**

INOJOSA, R. M. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade.** In: Cadernos Fundap, n.22, p.102-110, 2001.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade.** Revista FEA-PUC-SP. São Paulo, 1:57-72, nov. 1999.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rosa Marie; KOMATSU, Suely. **Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza.** XI Concurso de ensayos del clad “el tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”. Caracas, 1997. Disponível em: http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/junqueira_inojosa_komatsu_1997.pdf Acesso em: 14 set. 2020.

LEÃO, Karen Lígia. **A intersetorialidade: contradições e desafios na política de assistência social**. 2019. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LEGISWEB. **CONTROLE DE FOGO: PACTUAÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS GESTORES MUNICIPAIS**. 2021 Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

LOPES, M. H. C. **O tempo do SUAS: Serviço social & Sociedade**, São Paulo, n 87, 2009.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MENDES, Lorrainy Dias. **Política de saúde, Serviço Social e intersetorialidade: um estudo no município de Ituiutaba/MG**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filholl. Franca, 2017.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

MONTEIRO, C. A. F. **A dinâmica climática e as chuvas no estado de São Paulo**. 2ª edição, versão 1.0 (CD-Rom). Desenho: Marcos N. Boin e Eduardo P. Dibieso. Rio Claro – SP, 2000.

NACIONAL, Prefeitura de Porto. **Plano Municipal de Assistência Social**. 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **Porto nacional: De Porto Real a Espaço Periférico de Palmas (TO)**. 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PEREIRA, S. L. B. **Intersectorialidade na política de saúde mental: uma análise a partir das articulações tecidas pelos/as assistentes sociais nas redes intersectoriais**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – UFPI, Teresina, 2018, 292 p.

POTVIN, Catherine. **Variation in carbon storage among tree species: implications for the management of a small-scale carbon sink project**. *Forest Ecology and Management*, v. 246, n. 2-3, p. 208-221, 2007.

RESENSE, T. A. **ALIANÇAS INTERSETORIAIS. FUNDAMENTO DAS GRANDES MUDANÇAS SOCIAIS E AMBIENTAIS**. 2020. DISPONÍVEL EM: <<https://www.fadecit.org/artigo-especial-aliancas-intersectoriais-fundamento-das-grandes-mudancas-sociais-e-ambientais/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo, Atlas, 2008.

RODRIGUES, Jovina Moreira Sérvulo. **A intersectorialidade entre as políticas públicas de saúde e de assistência social pós constituição brasileira de 1988.** V jornada internacional de políticas públicas, São Luís, UFMA, 2011.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** V. 11, n. 1. São Carlos-SP: Revista Brasileira de Fisioterapia, p. 83-89, 2007.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTOS, E. F. **O Desafio da Intersectorialidade entre Educação e Assistência Social: Escola Vila Esperança, CRAS Espaço Esperança e Grupo Primavera.** 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade Salesiana Dom Bosco, Americana, SP, 2017.

STAMPA, Matthieu. **Ten years of integrated care for the older** in France. International Journal of Integrated Care, v. 11, n. Special 10th Anniversary Edition, 2011.

SILVA, L.K. et al. **Intersectorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde.** in Ciência & Saúde Coletivas, 2014.

SOUZA, L. B. **Participação das massas de ar e suas repercussões em Porto Nacional (TO): o exemplo 2010.** In: MORAIS, F. (org.). Contribuições à Geografia Física do Estado do Tocantins. Goiânia - GO: Kelps, 2010, p.179-197

_____. **Ritmo climático e tipos de tempo no Estado do Tocantins, Brasil.** XII SBCG; anais. Goiânia – GO. 2016.

SPOSATI. **Globalização da economia e processos de exclusão social.** Capacitação em Serviço Social e Política Social: modulo 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD,1999.

SUAS 10. **Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas.** – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2015.

TOCANTINS. GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Instrução Normativa/Naturatins nº 003, de 1º de julho de 2004. Institui o licenciamento Florestal da Propriedade Rural no Estado do Tocantins.** Disponível em: <http://naturatins.to.gov.br/conteudo.php?id=605> Acesso em: 14 mar. 2020.

_____. Secretaria do Planejamento e Orçamento. **BASE DE DADOS: DADOS GEORREFERENCIADOS,** 2012. Disponível em: < <http://pdris.seplan.to.gov.br/index.php/dados-georreferenciados> > Acesso em 25 jun. 2020.

_____. **Instrução Normativa NATURATINS Nº 5 DE 20/09/2019 do Estado** do.in: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=382654>; acesso 16 out. 2020.

_____. **Lei Estadual nº 2.959, de 18 de junho de 2015.** Dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, 2015.

_____. **Lei Estadual nº 858, de 26 de julho de 1996.** Cria o Instituto Natureza do Tocantins e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 540, 1996.

TONI, F. **Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento rural no Brasil.** Na-tal: [s.n.], 2004. Relatório apresentado ao Programa colaborativo de investigação em movimentos sociais, governanza ambiental y desarrollo territorial rural. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=2537>>. Acesso em: 20 maio 2020.

VALLADARES, Lucia *et al* (org.). **Governabilidade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Abdr, 1995. 348 p.

VALADARES, F; COELHO, J. F. **Efeito da adição de sebo bovino sobre a concentração da amônia, o pH e a eficiência de síntese microbiana no rúmen.** Anais. Sociedade Brasileira de Zootecnia (SBZ). Brasília, BR.1995. p. 345-347.

VIEIRA, M. S. **Interlocução das políticas públicas ante a gestão de riscos de desastres: a necessidade da intersetorialidade.** Jul 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E209>> Acesso em: 06 out. 2020.

WHO. **Intersectoral action for health: the role of intersectoral cooperation in national strategies for health for all.** Geneva: WHO, 1986.

WHO. **Think and act globally and intersectoraly to protect national health.** Geneva: WHO, 1997.